
	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

**PROTOCOLO: 2022/474897**

A **Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMP**, torna público, para conhecimento dos interessados, por intermédio do Pregoeiro, designado(a) pela Portaria nº 770/2022 - GP/FSCMP, de 02/08/2022, D.O.E. nº. 35.069 de 05/08/2022, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** no modo de disputa **ABERTO**, para **Contratação de empresa especializada em seguro predial de propriedade da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (Unidade Almir Gabriel, Bloco de apoio técnico-logístico, subestações de energia e Prédio Centenário)**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições da forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, **Decretos Federais nº 10.024/19, Lei Estadual nº 8.417, de 07 de novembro de 2016**, Instruções Normativas nº 05/2014 e nº 03/2018-SLTI/MPOG e suas alterações e demais atualizações, da Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, **Decreto estadual nº 534, de 04 de fevereiro 2020**, Lei 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar Federal nº 123/06 (alterada pela Lei Complementar 147/2014), aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, e demais exigências previstas neste Edital e seus anexos, mediante as condições estabelecidas a seguir:

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

**UNIDADE ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS GERAIS (UASG):** **925448**

**ENVIO DA PROPOSTA:**

**A partir da publicação deste Edital.**

**INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Data: 02 / 12 / 2022 a partir das 09:30 (Horário Brasília)**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

## **1. DO OBJETO**

1.1- A presente licitação tem como objeto a **Contratação de empresa especializada em seguro predial de propriedade da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (Unidade Almir Gabriel, Bloco de apoio técnico-logístico, subestações de energia e Prédio Centenário)**, conforme as especificações contidas no Anexo I, Termo de Referência do presente Edital.

1.2- Os insumos entregues deverão atender às normas do Código de Defesa do Consumidor, deverão ser embalados, transportados e entregues em consonância com os preceitos deste Edital e seus Anexos, de forma a assegurar sua perfeita condição de consumo.



1.3 - Havendo discordância entre as especificações deste objeto descritas no COMPRAS.GOV e as especificações constantes no Edital e seus anexos, prevalecerão às últimas.

1.4 - A adjudicação será por **ITEM** e o critério de julgamento será o **MENOR PREÇO**.

## **2- CREDENCIAMENTO**

**2.1** - Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**2.2** - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

**2.3** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**2.4** - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

**2.5** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.1** - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 3- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

#### 3.1 – Poderão participar deste Pregão os licitantes que:

**3.1.1** – Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018 atualizada pela IN nº 10/2020, por meio do sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br);

**3.1.2** – atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação;

**3.1.3** – Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

#### 3.2 – Não poderão participar desta licitação os interessados:

**3.2.1.** Que estejam com falência declarada, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução, liquidação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

**3.2.2** Estrangeiras que não funcionem no país;

**3.2.3** Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal;

**3.2.4** Empresa que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

**3.2.5** Que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligada ou subsidiária entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

**3.2.6** Que possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos que sejam administradores ou servidores, na data da publicação do Edital, na forma do art. 9º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

**3.3** A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.



**3.4** Não poderão participar da presente licitação, empresas que apresentem mais de uma Proposta.

### 4. DA FONTE DE RECURSO

**4.1-** Os recursos financeiros necessários e suficientes ao pagamento dos objetos constam do orçamento da **FSCMP**, estando livres e comprometidos como segue:

**Funcional Programática: 10.302.1507.8288 e 10.122.1297.8338**

**Elemento de Despesa: 339039**

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**Fontes:** 0101, 0103, 0261, 0269, 0149006653, 0149009936, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superávits.

**4.2** - Valor estimado da contratação é sigiloso nos termos do art. 15 do Decreto Estadual nº 534/2020.

## **5- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**5.1**- Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente Edital deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a) em até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura de sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE** para o endereço eletrônico: [cpl@santacasa.pa.gov.br](mailto:cpl@santacasa.pa.gov.br) cabendo ao Pregoeiro decidir sobre o questionamento no **prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido de esclarecimento**.

**5.1.1** Até **2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública**, na forma eletrônica, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste pregão, mediante petição a ser enviada **PREFERENCIALMENTE** em **FORMATO DOC, EXCLUSIVAMENTE** para o endereço eletrônico [cpl@santacasa.pa.gov.br](mailto:cpl@santacasa.pa.gov.br).

**5.1.2** - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a **impugnação** no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de recebimento do pedido de impugnação**.

**5.1.3** - Caso seja acolhida a **impugnação** contra o Edital, este será republicado na forma da lei e designada nova data para a realização do certame, **exceto quando**, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**5.2** - Tanto as respostas como os pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgados no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), para ciência de todos os interessados.

## **6 – DO CADASTRAMENTO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA**

**6.1** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os **documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta com a descrição** do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.2** - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**6.3** - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



**6.4** - As **Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's e Microempreendedores Individuais – MEI's** deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06, exceto se as mesmas já estiverem sido contempladas no **SICAF**.

**6.5** - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta, documentos de habilitação e lances.

**6.6** - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.7** - Ainda, como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico**, relativo às declarações abaixo, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação, e ainda as previstas neste Edital, e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

**6.6.1. Que cumpre** plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO</p>	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**6.6.2. Declaração de Menor**, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**6.6.3. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de sua Habilitação;**

**6.6.4. Declaração de Elaboração de Proposta Independente;**

**6.6.5. Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado;**

**6.6.6. Declaração de Acessibilidade;**

**6.6.7. Declaração de Cota de Aprendizagem** (*quando couber*).

**6.7. A PROPOSTA DE PREÇOS cadastrada no sistema compras governamentais deverá conter:**

**6.7.1. Especificação clara e detalhada do material ofertado**, de acordo com o **Anexo I** deste Edital, sem referência às expressões “similar”, sendo vedadas descrições vagas, como “de acordo com o edital”, “modelo xx”, “conforme proposta a apresentar”.

**6.7.2.** O valor do **ITEM**, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as especificações constantes no **Anexo I** do presente Edital.

**6.7.3.** Todos os preços deverão ser expressos em Real (R\$), com **02 (duas) casas decimais**.

**6.7.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão substituir ou excluir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**6.7.5.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**6.8. Do encaminhamento da PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter:**

**6.8.1** Valores expressos, obrigatoriamente, em real;

**6.8.1.1** Valor unitário e total do item, em algarismo e por extenso da proposta. Os preços serão registrados **com 02 (duas) casas decimais**, incluído nos mesmos todos os custos diretos e indiretos de despesas, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

**6.8.1.2** Havendo divergência entre o valor **unitário** e **total** prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último

**6.8.2. DADOS DO LICITANTE:** Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento;

**6.8.3. Prazo de validade da Proposta de Preços:** não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

**6.8.4. Prazo de execução:** O prazo de execução dos serviços será de 365 (trezentos e sessenta dias) corridos, **após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato**.

**6.8.5.** Deverá, ainda, apresentar as seguintes **DECLARAÇÕES** na **PROPOSTA DE PREÇOS**:



**a) Declaração** expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os **custos e despesas** diretas e indiretas e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

**b) Declaração** de que cumprirá todos os **prazos** estabelecidos no Edital e seus Anexos.

**c) Declaração** de que os valores ofertados na proposta serão **fixos e irrevogáveis**.

**d) Declaração** de que se responsabilizará quando da entrega dos serviços a serem executados, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital.



 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO</p>	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**6.8.6.** As empresas licitantes no ato da apresentação das propostas deverão observar as exigências descritas no **Item 5 do Termo de Referência**.

**6.9.** Não será permitida a alteração da proposta, após sua apresentação.

**6.10.** Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido e de faturamento mínimo na proposta.

**6.11.** Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

**6.12.** Serão **desclassificadas** as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

**6.13.** As propostas poderão conter outros dados e informações que, a critério do licitante, sirvam para melhor documentar e esclarecer a execução do serviço.

**6.14.** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.15.** A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito fornecimento do serviço será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

**6.16.** Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo os licitantes se limitar às especificações constantes no **Anexo I**.

**6.17.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**6.18.** O (A) Pregoeiro (a) poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

**6.19.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**6.20.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público.

## **7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1 – Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF** através da internet (**on-line**), nos documentos por ela abrangidos em relação à **habilitação jurídica**; à **regularidade fiscal e trabalhista**; à **qualificação econômica e financeira**; e **habilitação técnica**, conforme disposto na Instrução Normativa nº 03/2018-SLTI/MPOG.



**7.1.1.** Os documentos apresentados digitalmente no registro cadastral são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

**7.1.2.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no **SICAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou** encaminhar, em conjunto com apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**7.1.3.** O descumprimento do **subitem acima** implicará a inabilitação do licitante, **exceto** se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Federal nº 10.024/1 e Decreto Estadual nº 534/2020.

**7.1.4.** Os documentos cadastrados no **SICAF** não precisam ser encaminhados através do sistema **comprasgovernamentais**.

**7.1.5.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de **até 02 (duas) horas**, a partir da

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

solicitação do (a) pregoeiro (a) exclusivamente através do **módulo de convocação de anexos do sistema [comprasgovernamentais](#)**, sob pena de inabilitação.

**7.1.6.** Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples.

**7.1.7.** Será assegurado ao licitante cadastrado e habilitado no **SICAF** o direito de apresentar por meio eletrônico, exclusivamente através do **módulo de convocação de anexos do sistema [comprasgovernamentais](#)** a documentação atualizada e regularizada, caso esteja com algum documento vencido, observado o prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a), conforme previsto no Decreto Estadual nº 534/2020, devendo posteriormente providenciar a atualização do cadastro no **SICAF**.

**7.1.8.** Na hipótese de falha no **SICAF** ou nos **sítios oficiais**, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no **item 7.1**, o Pregoeiro assinalará prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio eletrônico, exclusivamente através do **módulo de convocação de anexos do sistema [comprasgovernamentais](#)**.

**7.1.9.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's e Microempreendedores Individuais – MEI's, será exigida, observado o disposto nos §1º e §2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

**7.2. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) pregoeiro (a) verificará as seguintes **DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO** do licitante, observado o disposto neste Edital:**

**7.2.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.2.1.1. SICAF;**

**7.2.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** abrange o cadastro no **CNJ**, do **CEIS**, do próprio **TCU** e o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)**;

**7.2.1.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

**a)** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



**b)** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**c)** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**7.2.1.4.** Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

**7.2.1.5.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**7.2.1.6.** Ressalvado o disposto no **item 7.2**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, no caso dos mesmos **não estarem inseridos no SICAF**.

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

**7.2.1.7.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**7.2.1.8** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Estadual nº 534, de 2020.

#### **7.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a) Cédula de identidade do (s) representante (s) legal (is) da empresa;**

**b) Cópia do Ato Constitutivo** (no caso de empresário individual) ou **Contrato Social** ou **Estatuto Social** consolidado e/ou suas alterações posteriores, de modo a verificar se o objeto social do licitante é compatível com o objeto da licitação;

**c) Inscrição do Ato Constitutivo** no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

**d) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**e) Licença (Alvará de Localização) de Funcionamento** atualizada, expedida pelo órgão competente do domicílio/sede da empresa/licitante.

#### **7.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, vigente na data prevista para abertura da licitação;

**b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, inclusive quanto às contribuições Sociais, representada pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, **analisada automaticamente pelo SICAF**;

**c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, **analisada automaticamente pelo SICAF**;



**c.1)** Caso o licitante seja considerado **isento** dos tributos estadual ou municipal, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão competente do seu domicílio ou sede, ou outro equivalente, na forma da lei.

**d) Prova de regularidade relativa ao FGTS**, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, **analisada automaticamente pelo SICAF**;

**e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, podendo ser retirada através do **site: [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do licitante/fornecedor, **quando não houver indicação no SICAF**.

#### **7.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

data de expedição não superior a **90 (noventa) dias** quando não houver prazo de validade expresso no documento.

**b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), do exercício social** já exigível e apresentados na forma da lei, **conforme disposto no art. 1.078, Código Civil**, e ainda o balanço esteja:

- b.1) Assinado** pelo profissional contábil e pelo titular ou representante legal da empresa;
- b.2) Acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário** autenticados pela Junta Comercial ou órgão equivalente;
- b.3)** Indicação dos valores correspondentes das **demonstrações do exercício anterior** (análise comparativa da situação financeira), caso seja necessário;
- b.4)** Comprobatório da boa situação financeira, comprovada através da aferição dos índices: **Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)**. Todos os índices obtidos deverão ser **maiores que 1,00** ou, **Capital Social ou Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor a ser contratado**, caso os índices forem menores ou igual a 1,00, aplicando as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**b.6)** Com relação ao **Balanço Patrimonial** deverá, ainda, a licitante observar o seguinte:

As empresas obrigadas ao **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)** devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhadas das Notas Explicativas e do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal;



➤ **Empresas OPTANTES** pelo regime de tributação do **Simplex Nacional** devem apresentar o **Comprovante da Opção**, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>

- Empresas constituídas **há menos de 01 (um) ano** deverão apresentar **cópia do livro diário, contendo o balanço de abertura, registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente**.
- As sociedades regidas pela **Lei nº 6.404/76 (sociedades anônimas)**, deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à **Escrituração Digital Eletrônica (ECD)**, também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do **SPED Contábil**.

#### **7.2.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a) Apresentar atestado (s)** de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da empresa em quantidades e características compatíveis com o objeto da licitação, conforme Termo de Referência, Anexo I;



	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

**7.3.** A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**7.4.** Os documentos relacionados deverão estar emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram.

**7.5.** Quando a proposta de preços e as declarações exigidas neste Edital forem assinadas por um **preposto** da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o **licitante também deverá enviar exclusivamente através do sistema compras, instrumento público ou particular de procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida**, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

**7.6.** O prazo para o envio de **documentos de habilitação complementares** através do sistema comprasnet poderá ser prorrogado a critério do (a) Pregoeiro (a), desde que devidamente fundamentado objetivando sempre a maior competitividade e melhores preços para Administração.

**7.7.** A **NÃO** apresentação dos documentos acima referenciados nos prazos estabelecidos implicará na inabilitação do licitante.

**7.8.** O documento de confirmação no **SICAF** será anexado pelo (a) Pregoeiro (a), à documentação original ou cópias autenticadas do licitante com proposta aceita no sistema Comprasnet.

**7.9.** Os documentos mencionados neste Capítulo deverão referir-se **exclusivamente ao estabelecimento da licitante**, vigentes à época da abertura da licitação, podendo ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para a conferência pelo Pregoeiro, ou por publicação em órgão de imprensa oficial. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**7.10.** Sob pena de **inabilitação**, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e o respectivo endereço.

**7.11.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**, **exceto aqueles documentos** que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

**7.12.** Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

**7.13.** Os documentos relacionados à **HABILITAÇÃO** exigidos neste Edital deverão ser inseridos pelo **licitante no SICAF**.

## **8 – DA FASE DE LANCES**



**8.1.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**8.2.** Os lances serão ofertados por **ITEM** e o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**8.3.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.

**8.4.1.** O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, objetivando uma melhor posição na ordem de classificação dos lances. Assim, caso o primeiro venha a ser inabilitado será chamado o licitante na imediata ordem de classificação dos lances (2º melhor lance).

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**8.5.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

**8.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,5% (zero ponto meio por cento)**.

**8.7.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser **inferior a vinte (20) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser **inferior a três (3) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**8.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.9.** A etapa de lances da sessão pública terá **duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos 02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**8.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.13.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo registrar o ocorrido junto ao Sistema: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedado a identificação do detentor do lance.

**8.14.1.** Lances considerados inexequíveis serão excluídos do sistema pelo Pregoeiro, que alertará os licitantes quanto à necessidade de cumprimento das obrigações previstas no Edital e seus Anexos e a possibilidade de aplicação de sanções administrativas.

**8.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.17.** No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

**8.17.1.** O (A) pregoeiro (a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



**8.17.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.18.** Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

**8.19.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico (*via chat*), contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**8.19.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.20.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

#### Das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP

**8.21** - Após a fase de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as **Microempresas – ME's e Empresas de Pequeno Porte – EPP's**.

**8.21.1** - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas **ME's e EPP's** sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

**8.22** - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**8.22.1** - A **ME ou EPP** melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**8.23** - Na hipótese do não uso do direito de preferência, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.24** - O disposto no **subitem 8.4.1** e seguintes só se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por **ME ou EPP** (art.45, §2º da Lei Complementar nº 123/06).

#### 9 - DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**9.1** O (A) Pregoeiro (a) efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital, pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

**9.2.** O (A) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação da Área Técnica, da Assessoria Jurídica ou de outros setores pertencentes ao quadro de pessoal da **FSCMP**, dos demais órgãos da Administração Estadual, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**9.3.** Encerrada a etapa de lances, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, ficando passiva de desclassificação a proposta acima dos valores estimados.

**9.4.** No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.



**9.4.1.** Ocorrendo a situação a que se refere o **item 9.3**, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, observado o critério de julgamento e o valor estimado para contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital, e/ou envio da proposta vencedora de preços atualizada e assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato.

**9.4.2.** A convocação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, **sendo obrigatório envio de resposta pelos participantes do certame, quando encaminhada via chat, no prazo em até 10 (dez) minutos, qualquer pedido de informação ou solicitação feita pelo (a) pregoeiro (a).**

**8.4.3. A inobservância do disposto no item anterior poderá acarretar a recusa da proposta do licitante.**

**9.5.** Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) analisará os documentos de habilitação.

**9.6.** Conforme art. 17, inciso VI do Decreto Federal nº 10.024/19 e art. 1 do Decreto Estadual nº 534/2020 o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E RESCUE</p>	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p align="center"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

## 10 - DA FORMULAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA NO SISTEMA

**10.1. Encerrada as etapas de lances e negociação da sessão pública**, o (a) Pregoeiro (a) convocará através do canal de comunicação eletrônica (chat), o licitante que apresentar o menor preço para envio da **PROPOSTA DE PREÇOS** atualizada, e assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em até **02 (DUAS) HORAS** contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, exclusivamente através do **Módulo de Convocação de Anexos do Sistema Compras governamentais**, com as informações constantes no item 5.8 e subitens deste Edital.

## 11 – DA FORMULAÇÃO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA/DOCUMENTOS NO SISTEMA

**11.1. Encerrada as etapas de lances e negociação da sessão pública**, o (a) Pregoeiro (a) convocará através do canal de comunicação eletrônica (chat), o licitante para apresentar a **PROPOSTA DE PREÇOS** atualizada, conforme lance ofertado no Sistema de Compras.gov.br, caso haja necessidade, devidamente assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato, sem rasuras, emendas ou entrelinhas

**11.2.** O prazo de envio, em até **02 (DUAS) HORAS ÚTEIS** contadas a partir da solicitação do Pregoeiro (a), exclusivamente através do **Módulo de Convocação de Anexos do Sistema Compras Governamentais**, com as informações constantes no Edital.

**11.3.** Conforme exigido, documentações de habilitação deverão ser encaminhadas concomitantemente com a proposta de preços, essas serão analisadas e verificadas suas autenticidades pelos sites oficiais.

**11.4.** Os **documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada, neste caso será**, dispensado o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel).

**11.5 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.**

## 12 – DO RECURSO

**12.1 – Declarado o vencedor**, o (a) Pregoeiro (a) abrirá prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer registrando a síntese de suas razões.

**12.1.1 - Constatada pelo (a) Pregoeiro (a) a admissibilidade da intenção do recurso**, será concedido ao recorrente o **prazo de 03 (três) dias**, para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as **contra-razões em igual prazo**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada** do licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo fixado pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos do caput, importará a **decadência** desse direito, ficando o Pregoeiro (a) autorizado (a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



**12.3 - A decisão do (a) pregoeiro (a) deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.**

**12.4 - O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.**

**12.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.**

**12.6 - A sessão pública do pregão só será concluída depois de declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecer conectados ao sistema até o final desta etapa.**



	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**12.7** - Após o julgamento do(s) **recurso(s)** e **contra-razã(ões)**, e constatada a regularidade dos atos praticados, será adjudicado o objeto do certame ao licitante declarado vencedor, estando o resultado final da Licitação sujeito à homologação pela Autoridade Superior competente, que irá analisar a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados.

### **13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo (a) pregoeiro (a) sempre que não houver recurso.

**13.2** - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pelo (a) pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

**13.3** - Quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

### **14- DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E DA NOTA DE EMPENHO DE DESPESA**

**14.1-** A convocação para assinatura do Contrato Administrativo será emitida pela Gerência de Contratos e Convênios da **FSCMP** podendo ser feita pelo e-mail [contratos@santacasa.pa.gov.br](mailto:contratos@santacasa.pa.gov.br) ou por qualquer outro meio de comprovação documentada da convocação, podendo tal ser enviado para o e-mail informado na proposta de preços do Fornecedor, nos termos deste edital, para assinatura do instrumento de contrato com base na **ANEXO VII** deste Edital.

**14.2-** Após a assinatura do Contrato Administrativo, e cumpridos os requisitos de publicidade, a **Diretoria Administrativa e Financeira da FSCMP** será responsável pela emissão da Nota de Empenho de Despesa quando de eventual convocação para entrega do objeto licitado dentro do prazo de 12 (doze) meses de sua validade, nos termos do artigo 61 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**14.3-** Os quantitativos e valores de fornecimento serão fixados na Nota de Empenho de Despesa e observarão obrigatoriamente as especificações dos serviços registrados;

**14.4-** O Contrato Administrativo e suas alterações ficarão subordinada(s) às normas da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Estadual n.º 6.474/2002 e Decreto Estadual n.º 534/2020, e de acordo com a(s) minuta(s) anexa(s) ao presente Edital.

**14.5-** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o respectivo Contrato Administrativo ou a recusa injustificada em atender a execução do serviço solicitado através da emissão da Nota de Empenho de Despesa sujeitará a licitante às penalidades previstas neste edital.

**14.6.** A **EMPRESA VENCEDORA** na ocasião da assinatura do instrumento contratual deve comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital de Licitação, conforme estabelece o art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93, devendo comprovar a sua atual regularidade com as certidões federal, estadual e municipal e com FGTS.

### **15 - DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1** - A presença da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

### **16. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**16.1** - O prazo para execução e entrega será de 365 (trezentos e sessenta) dias corridos, conforme estabelecido no Item 7.1 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## 17. VALOR DAS COBERTURAS POR TIPO DE SINISTRO (EM REAIS), LIMITES PARA FRANQUIAS E PARTICIPAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO SEGURADO (P.O.S.)

Coberturas	Limites	Franquia
Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos, Queda de raio, Explosão de Qualquer Natureza e Implosão	250.000.000,00	0,00%
Danos elétricos	1.000.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Risco de construções e operações	2.000.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Alagamento/Inundação	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Fumaça	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Impacto de veículos e Queda de Aeronaves	120.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Equipamento eletrônico sem roubo	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Quebra de vidros	20.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00

## 18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas enumeradas no **Termo de Referência – Anexo I**

**18.1** - Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o serviço da contratação;

**18.2** - Manter durante toda a execução da avença, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**18.3** - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação do objeto da licitação;

**18.4** - Fornecer os serviços dentro dos parâmetros e rotinas de segurança estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pelas normas técnicas e legislação.

**18.5** - Comunicar à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

**18.6** - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à contratante, a citar inclusive, materiais didáticos, deslocamento, alimentação, traslado e estadia de seus técnicos e auditores designados caso haja necessidade.



**18.7** - Executar fielmente os serviços contratados, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os entrega em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade dos itens entregues a serem prestados, conforme vistoria prévia, de modo a não alegar desconhecimento.

**18.8** - Não transferir a outrem os serviços contratados, objeto desta licitação.

**18.9** - Aceitar na mesma condição contratual, o acréscimo ou supressão que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente licitado, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93;

**18.10** - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA durante a vigência do pregão.

**18.11** - Garantir os limites máximos de responsabilidade indicados na apólice, a indenização pelos prejuízos diretamente resultantes da ocorrência dos riscos cobertos.

 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO</p>	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p align="center"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

**18.12** - O prazo para ressarcimento dos prejuízos em decorrência de acidentes cobertos pela apólice é de no máximo 15(quinze) dias.

## **19 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações do **CONTRATANTE**, além daquelas enumeradas no **Termo de Referência – Anexo I**

**19.1** - Rejeitar os serviços cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, às especificações constante no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

**19.2** - Notificar a empresa por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas no prazo estabelecido pelo setor demandante;

**19.3** - Proceder o atesto das notas fiscais através do setor demandante e encaminhar para pagamento;

**19.4** - Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais) da contratada após a efetiva entrega do objeto desta licitação.

## **20. DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**20.1**- Pagar-se-á aos contratados o valor informado final devidamente registrado em contrato.

**20.2**- Os pagamentos serão efetuados após apresentação de Nota Fiscal para a **Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará** e o devido atesto do fiscal de contrato designado pela mesma, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**20.3**- A Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

**20.4**- O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da Contratada junto a Fazendas Pública;

**20.5**- A falta de pagamento não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades e obrigações;

**20.6**- Desde já fica acordado que o comprovante de depósito bancário constituirá documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes desta compra direta;



**20.7** - Não poderá ser pleiteado acréscimo de preços sob a alegação de falhas, omissões ou inexigibilidade de qualquer natureza, entendendo-se como previsto no preço ofertado, todos os custos de execução.

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1**- Conforme previsto no caput do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, combinado com o disposto no caput do artigo 11 da Lei Estadual n.º 6.474/2002, artigo 49 do Decreto Estadual n.º 534/2020, quem for convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF do Governo Federal, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a FSCMP, sem prejuízo das multas previstas na cláusula seguinte e demais cominações legais.

**21.2**- Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de Ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante análise da administração.

**21.3** - O atraso injustificado na execução do contrato ou a inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela FSCMP, ou judicialmente conforme

 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO</p>	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

previsto nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

- a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou execução do serviço em desacordo com as condições estabelecidas;
- b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada na alínea “a”;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial;

**21.4-** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## **22 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1-** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.2-** É facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**22.3-** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

**22.4-** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, conforme estabelecido no parágrafo primeiro, do artigo terceiro, da Lei Estadual n.º 6.474, de 06 de agosto de 2002.

**22.5-** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva, do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

**22.6-** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.7-** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema COMPRAS.GOV.BR, podendo ser consultadas no endereço eletrônico do mesmo.

**22.8-** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro(a), com observância das devidas disposições legislativas.

**22.9-** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão Pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.



**22.10-** A participação do proponente nesta licitação, sem impugnação do conteúdo deste edital no prazo legal, implica em aceitação de todos os seus termos.

**22.11 -** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**22.12 –** Só se iniciam e vencem os prazos relacionados à Licitação em dia de expediente na **Fundação Santa Casa de Misericórdia / FSCMP**.

**22.12.1 –** Se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou, se este for encerrado antes da hora normal, nesta **FSCMP**, os prazos serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.



	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**22.13-** As questões decorrentes da execução deste Edital e seus Anexos que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas, julgadas, e dirimidas junto ao foro da Justiça Estadual da cidade de Belém-Pa.

**22.14** – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado ao (a) Pregoeiro (a) por e-mail: [cpl@santacasa.pa.gov.br](mailto:cpl@santacasa.pa.gov.br).

**22.14.1** – Maiores informações pelo telefone **(91) 4009-2278**.

**22.15** – Este edital e seus anexos serão fornecidos gratuitamente pela internet, no portal do COMPRAS – [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**22.16** – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

## 23 - ANEXOS

**Anexo I :** Termo de Referência e especificações técnicas;

**Anexo II:** Proposta Comercial (Modelo);

**Anexo III:** Declaração nos Termos do art. 7º XXXIII da CF (Modelo);



**Anexo IV:** Declaração de Inexistência de Fato Superveniente (Modelo);

**Anexo V:** Declaração Independente de Proposta (Modelo);

**Anexo VI:** Minuta Contrato.

Belém/PA, 01 de novembro de 2022

Tiago de Lima Ribeiro  
Presidente do Núcleo Permanente de Licitação/ FSCMP

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

## ANEXO I

### TERMO DE REFERENCIA

#### 1 – OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada em seguro predial de propriedade da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (Unidade Almir Gabriel, Bloco de apoio técnico-logístico, subestações de energia e Prédio Centenário), CNPJ: 04.929.345/0001-85, incluindo todas as instalações elétricas, hidráulicas, de combate a incêndio, móveis, utensílios e equipamentos.

#### 2 – MOTIVAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Necessidade de proteção e resguardo ao bem público em face de possibilidade de recuperação e ressarcimento de prejuízos/danos que possam ocorrer por situações adversas ocasionadas por fatores alheios à vontade do segurado.

#### 3 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1 – As empresas licitantes deverão apresentar proposta segundo as recomendações das Normas técnicas vigentes, contemplando ainda as recomendações das entidades reguladoras do assunto.



3.2 A visita *in loco* constitui condição básica para apresentação de propostas, objetivando familiarizar os licitantes com o objeto, bem como obtenção de quaisquer outras informações adicionais necessárias.

#### 4 – DO VALOR DAS COBERTURAS POR TIPO DE SINISTRO (EM REAIS), LIMITES PARA FRANQUIAS E PARTICIPAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO SEGURADO (P.O.S.)

Coberturas	Limites	Franquia
Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos, Queda de raio, Explosão de Qualquer Natureza e Implosão	250.000.000,00	0,00%
Danos elétricos	1.000.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Risco de construções e operações	2.000.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Alagamento/Inundação	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tomado, Granizo e Fumaça	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Impacto de veículos e Queda de Aeronaves.	120.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Equipamento eletrônico sem roubo	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Quebra de vidros	20.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00

1

Identificador de autenticação: 2A03764.628E.8250.5F317FA25F7F9072C0  
 Confira a autenticidade deste documento em: <https://www.adstema.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
 Nº do Protocolo: 2022/474897 Anexo/Sequencial: 1

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

## 5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízos das disposições previstas em lei, compete à CONTRATADA:

5.1 Garantir os limites máximos de responsabilidade indicados na apólice, a indenização pelos prejuízos diretamente resultantes da ocorrência dos riscos cobertos;

5.2 Prestar assistência ao contratante, quando solicitado;

5.3 Realizar, com seus próprios recursos, todos os serviços relacionados com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE;

5.4 Comunicar imediatamente ao contratante, através de correspondência, qualquer fato que eventualmente ocorra e que afete significativamente a situação econômico-financeira da empresa ou a imagem pública

## 6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A Santa Casa obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços objeto deste Contrato, bem assim:

a) Informar à CONTRATADA quaisquer alterações que possam modificar as características das coberturas;

b) Em caso de Sinistro, a CONTRATANTE deverá:

- Obter ocorrência policial;
- Comunicar o fato imediatamente ao contratado;
- Manter o local sinistrado intacto até a visita do representante da CONTRATADA, não significando que não devam ser tomadas providências para evitar a propagação de danos, tais como o combate a incêndio ou a proteção de bens segurados na iminência de ocorrência de maiores danos;
- Atender às solicitações com o objetivo de otimizar o processo de regularização de sinistro, se for o caso, ou prestar os esclarecimentos julgados necessários.

c) Cumprir todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos com a CONTRATADA;



d) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

e) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

f) Determinar providência que entender necessária visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas;

2

Identificador de autenticação: 2A93764.626E.250.5F517FA25F7F9072C0  
Confira a autenticidade deste documento em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/474897 Anexo/Sequencial: 1

	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p align="center"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

## **7 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1 A cobertura da apólice do seguro abrangerá o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, a partir da emissão da Nota de Empenho.

## **8 – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização, acompanhamento e orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo da Eng<sup>ª</sup> Civil Cíntia Gama Sales, mat. 57196393.

## **9 – CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO**

9.1 – O pagamento será efetuado através de transferência bancária a ser efetivada para a conta corrente da CONTRATADA, a ser informada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho.

9.2 – Caso a conta bancária da CONTRATADA acima informada não seja pertencente ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BANPARÁ será descontado do valor a ser pago a esta, o custo da transferência bancária da importância a que a mesma faz direito, a ser creditada em sua conta corrente pertencente a outra instituição financeira.

9.3 – Na oportunidade do pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação da licitação, conforme estabelece o artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/96, devendo comprovar a sua atual regularidade com as fazendas públicas federal, estadual e municipal, com o INSS e com o FGTS. Caso haja alguma irregularidade que seja detectada pela CONTRATANTE, esta reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências verificadas, hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

9.4 – Caso haja mora da obrigação de efetuar o pagamento por parte da CONTRATANTE, na forma do inciso XV do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA somente poderá considerar rescindido o presente contrato após o lapso de 90 (noventa) dias do término do prazo previsto em lei para o recebimento do pagamento a que faz direito.

## **10 – DAS OBSERVAÇÕES GERAIS**

10.1 O prazo para ressarcimento dos prejuízos em decorrência de acidentes cobertos pela apólice é de no máximo 15(quinze) dias;

10.2 Existem no local, equipamentos de incêndio em perfeitas condições de uso .



## **11 – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO LICITANTE**

Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a empresa contratada as seguintes sanções:

3

Identificador de autenticação: 2A93784.628E.E20.5F517FA25F7F9072C0  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p align="center"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

11.1 – A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposição do art. 81, da Lei nº 8.666/93.

11.2 – O atraso injustificado na execução do contrato ou a inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela FSCMP, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

a) de 0,3% por dia de atraso até o máximo de 10% sobre o valor global do contrato até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;

b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada no item "a" supra;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.



11.3 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 12 – CONDIÇÕES GERAIS

12.1 – A CONTRATANTE poderá solicitar junto à contratada o interesse na prorrogação do Contrato, mediante Termo Aditivo.

12.2 O prazo para ressarcimento dos prejuízos em decorrência de acidentes cobertos pela apólice é de no máximo 15(quinze) dias;

12.3 Existem no local, equipamentos de incêndio em perfeitas condições de uso .

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

(Em papel timbrado, contendo CNPJ, endereço, telefone e demais dados necessários a formulação do contrato)

**À Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará / FSCMP**

Ao Pregoeiro (a)

Processo N° - \_\_\_\_\_ – Edital nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S<sup>a</sup>, nossa proposta de preços para o fornecimento dos seguintes itens, nos termos do Edital e Anexos, conforme abaixo relacionado:

Coberturas	Limites	Franquia
Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos, Queda de raio, Explosão de Qualquer Natureza e Implosão		0,00%
Danos elétricos		POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Risco de construções e operações		POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Alagamento/Inundação		POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Fumaça		POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Impacto de veículos e Queda de Aeronaves		POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Equipamento eletrônico sem roubo		POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Quebra de vidros		POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
VALOR GLOBAL R\$ _____, _____ ( _____ )		



**IMPORTANTE:** No preço ofertado já deverão estar inclusos os valores correspondentes, taxas, impostos e demais despesas, tudo de responsabilidade da CONTRATADA.

O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias a contar da apresentação da proposta.

O prazo de execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência.

Declaramos, sob as penas da lei:

- Nos comprometemos a fornecer os serviços objeto deste edital, nas condições e exigências estabelecidas no termo de referência (anexo I do edital).
- Declaramos que o(s) objeto(s) serão entregue(s) estritamente de acordo com as especificações, condições, exigências constantes do Termo de Referência Anexo I do edital, bem como, nos seus demais anexos, sob pena de não serem aceitos pelo órgão licitante.

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

- Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, termo de referência e instrumento de contrato.
- Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado.
- Que os preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive, taxas, impostos, tributos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2022, inclusive despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação.
- Que cumprimos todos os prazos estabelecidos no edital e seus anexos.
- Que, na proposta, o preço global do(s) serviço(s) ofertado(s) na licitação são fixos e irrevogáveis.



Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado pelo Instrumento Convocatório, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Tel./Fax: \_\_\_\_\_ Endereço Eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_  
 Dados do Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
 RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

**OBS: A empresa poderá utilizar o anexo II como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar a especificação do (s) item (ens) detalhadamente.**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88**

Com sede na \_\_\_\_\_ (Endereço) \_\_\_\_\_  
 Inscrita no CNPJ-MF sob o número \_\_\_\_\_ vem através de seu representante legal infra-assinado, em atenção à Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber:

“( ....) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.”

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.  
 (Local) (Data)

\_\_\_\_\_  
 (Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

OBS: Se o licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**



Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a(o) (NOME COMPLETO DO CONCORRENTE)....., CNPJ/CPF ....., sediada (o).....(ENDEREÇO COMPLETO), declara (amos), sob as penas da lei, que até a presente data inexist(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

\_\_\_\_\_  
 Nome e identificação do declarante

OBS.: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do concorrente



	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**Pregão Eletrônico nº 0xxx/2022/FSCMP - UASG 925448**

(NOME) \_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído de  
 (CNPJ) \_\_\_\_\_ (FIRMA OU RAZÃO SOCIAL) \_\_\_\_\_, doravante  
 denominado (NOME DE FANTASIA) \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital  
 deste Pregão Eletrônico, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal  
 Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente por (NOME DE FANTASIA) \_\_\_\_\_ e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste Pregão Eletrônico não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, ou por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;



d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ – FSCMP antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

LOCAL, DATA.

\_\_\_\_\_  
 ASSINATURA

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**ANEXO VI**  
**MINUTA CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2022/FSCMP**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2022/FSCMP**  
**PAE Nº 2022/474897**

**INSTRUMENTO PÚBLICO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO PREDIAL DE PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ (UNIDADE ALMIR GABRIEL, BLOCO DE APOIO TÉCNICO-LOGÍSTICO, SUBESTAÇÕES DE ENERGIA E PRÉDIO CENTENÁRIO), QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA**

**NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDA:**



**A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMP**, órgão da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, com personalidade, jurídica de direito público, sito à Rua Oliveira Belo, 395, bairro do Umarizal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04. 929.345/0001-85, designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, **DR. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM nº 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.646.922-20, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/Pará e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu(a) representante legal, **Sr(a).** \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, tem, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e em conformidade ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, este Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

1.1- O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2022/FSCMP e aos termos da proposta vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

2.1- A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer n.º \_\_\_\_/2022 – PROF, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993.

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1- O presente Contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO PREDIAL DE PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ (UNIDADE ALMIR GABRIEL, BLOCO DE APOIO TÉCNICO-LOGÍSTICO, SUBESTAÇÕES DE ENERGIA E PRÉDIO CENTENÁRIO)**, conforme especificações contidas no Termo de Referência, nas informações da Coordenação de Estrutura Físico-Funcional e Patrimonial-CEFF, via Memo. nº 162/2022 GEFF-FSCMP, Memo Nº 84/2022 – CSUP, Proposta da CONTRATADA.

### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1- A Contratada deverá entregar as apólices de seguros no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, na Coordenação de Estrutura Físico-Funcional e Patrimônio da Contratante, localizada na Rua Oliveira Belo nº 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará.



4.2- O serviço será prestado com as seguintes coberturas:

COBERTURAS	LIMITES	FRANQUIA
Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos, Queda de raio, Explosão de Qualquer Natureza e Implosão	250.000.000,00	0,00%
Danos elétricos	1.000.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Risco de construções e operações	2.000.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Alagamento/Inundação	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Fumaça	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 2.000,00
Impacto de veículos e Queda de Aeronaves.	120.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Equipamento eletrônico sem roubo	100.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00
Quebra de vidros	20.000,00	POS de 10% dos prej. Indeniz. Com mínimo de 1.000,00

### CLÁUSULA QUINTA - DA COBERTURA DA APÓLICE, DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1- **Prazo:** A cobertura da apólice do seguro abrangerá o período de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, a partir da emissão da Nota de Empenho.

5.2- **Local:** Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, localizado na Rua Oliveira Belo 395, no Bairro do Umarizal, CEP: 66050-380.

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

## CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, DA VIGÊNCIA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1- O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por **12 (doze) meses**, a contar da data deste instrumento, podendo ser prorrogado em acordo com a legislação em vigor.

6.2 - Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS:** 10.302.1507.8288 e 10.122.1297.8338;

**FONTES DE RECURSO:** 0101, 0103, 0261, 0269, 0149006653, 0149009936, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits;

**ELEMENTOS DE DESPESAS:** 339039.

6.3- Estão incluídos no preço referente a venda do produto todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes, e demais despesas necessárias a satisfatória execução do presente Contrato, constante na cláusula primeira.

6.4- Em caso de prorrogação de prazo, o valor do contrato poderá sofrer reajuste, sendo aplicado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no art. 40, XI, e art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93, com análise prévia dos setores contábil, orçamentário e jurídico da CONTRATANTE.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO



7.1- O pagamento será efetuado através de transferência bancária a ser efetivada para a conta corrente da CONTRATADA, a ser informada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho.

7.2 – Caso a conta bancária da CONTRATADA acima informada não seja pertencente ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BANPARÁ será descontado do valor a ser pago a esta, o custo da transferência bancária da importância a que a mesma faz direito, a ser creditada em sua conta corrente pertencente a outra instituição financeira.

7.3 – Na oportunidade do pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação da licitação, conforme estabelece o artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/96, devendo comprovar a sua atual regularidade com as fazendas públicas federal, estadual e municipal, com o INSS e com o FGTS. Caso haja alguma irregularidade que seja detectada pela CONTRATANTE, esta reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências verificadas, hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

7.4 – Caso haja mora da obrigação de efetuar o pagamento por parte da CONTRATANTE, na forma do inciso XV do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA somente poderá considerar rescindido o presente contrato após o lapso de 90 (noventa) dias do término do prazo previsto em lei para o recebimento do pagamento a que faz direito.



 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO</p>	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p align="center"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1- Sem prejuízos das disposições previstas em lei, compete à CONTRATADA

8.1.1- Garantir os limites máximos de responsabilidade indicados na apólice, a indenização pelos prejuízos diretamente resultantes da ocorrência dos riscos cobertos;

8.1.2- Prestar assistência ao contratante, quando solicitado;

8.1.3- Realizar, com seus próprios recursos, todos os serviços relacionados com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE;

8.1.4- Comunicar imediatamente ao contratante, através de correspondência, quaisquer fato que eventualmente ocorra e que afete significativamente a situação econômico-financeira da empresa ou a imagem pública

8.1.5- Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação do objeto.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1- A Santa Casa obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços objeto deste Contrato, bem assim:



- a) Informar à CONTRATADA quaisquer alterações que possam modificar as características das coberturas.
- b) Em caso de Sinistro, a CONTRATANTE deverá:
  1. Obter ocorrência policial;
  2. Comunicar o fato imediatamente ao contratado;
  3. Manter o local sinistrado intacto até a visita do representante da CONTRATADA, não significando que não devam ser tomadas providências para evitar a propagação de danos, tais como o combate a incêndio ou a proteção de bens segurados na iminência de ocorrência de maiores danos;
  4. Atender às solicitações com o objetivo de otimizar o processo de regularização de sinistro, se for o caso, ou prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- c) Cumprir todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos com a CONTRATADA;
- d) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- e) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- f) Determinar providência que entender necessária visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas;

9.2- Proceder o atesto das notas fiscais através do setor demandante (GEFF) e encaminhar para pagamento.

9.3- Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais) da CONTRATADA após a efetiva entrega do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÃO**

10.1- À CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

- I. fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE;
- II. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- III. receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- IV. contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- V. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente contrato;
- VI. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- VII. dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da contratada, ou emitir informações inverídicas à fiscalização.

10.2- A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

10.3- A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato.

10.4- Obriga-se a CONTRATADA na execução do presente contrato a informar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção.



10.5- O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE a prerrogativa de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento.

10.6- A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais.

10.7- As presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS SOBRE PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

11.1- Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.846/2013, no Decreto Federal nº 8.420/2015, no Decreto Estadual nº 2.289/2018 e demais normativos correlatos, bem como em cumprimento ao princípio da moralidade, para assinatura do contrato a licitante adjudicatária deverá comprovar que



	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	
<p style="text-align: center;"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

mantém programa de integridade, consistindo no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

11.2- Na hipótese de a adjudicatária não ter instituído o programa de integridade, poderá ser concedido prazo de 60 (sessenta) dias para implantação do referido programa, a iniciar na data de assinatura do presente contrato, que deverá atender aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Estadual nº 2.289/2018, elencados abaixo:

- a) comprometimento da alta direção da CONTRATADA, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
- b) padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
- c) padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- d) treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
- e) análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- f) registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da CONTRATADA;
- g) controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da CONTRATADA;
- h) procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
- i) independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- j) canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;
- k) medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;
- l) procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- m) diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- n) verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- o) monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 ; e
- p) transparência da CONTRATADA quanto a doações para candidatos e partidos políticos realizadas pelas pessoas físicas que a integram.

**Parágrafo primeiro.** O programa de integridade, instituído ou a ser instituído, será objeto de avaliação inicial e periódica pela CONTRATANTE quanto a sua efetividade, por critérios objetivos, em atendimento aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Federal nº 2.289/2018.

 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E CUIDADO</p>	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

**Parágrafo segundo.** Na hipótese de o programa de integridade não atender aos parâmetros definidos acima, após a avaliação, será concedido prazo de até 60 dias para reestruturação, sob pena de rescisão unilateral do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS PENALIDADES**

12.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a empresa CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1-Conforme previsto no caput do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, combinado com o disposto no caput do artigo 11 da Lei Estadual n.º 6.474/2002, e artigo 29 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006, quem convocado dentro do prazo de validade, não assinar o instrumento de contrato administrativo decorrente, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso assumido no presente certame, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF do Governo Federal, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a CONTRATANTE, sem prejuízo das multas previstas na cláusula seguinte e demais cominações legais.

12.1.2- Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa CONTRATADA apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

12.1.3- O atraso injustificado na execução do Contrato ou a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;

b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada na alínea “a”;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.



12.1.4- Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;





	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>		
<p align="center"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- VI. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato;
- VIII. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IX. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- X. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XI. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidente da CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XII. a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- XIII. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XIV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XV. a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XVI. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- XVII. descumprimento da proibição Constitucional de manter menor de dezoito anos idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e a de dar qualquer trabalho a menores de dezesseis anos trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3- A rescisão do Contrato poderá ser:

 <p>SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO</p>	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b>		

- I. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII desta cláusula;
- II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- III. judicial, nos termos da legislação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO**

14.1- Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:

I - Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022/FSCMP.

II – Termo de Referência

III - Proposta da CONTRATADA

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1- O prazo para ressarcimento dos prejuízos em decorrência de acidentes cobertos pela apólice é de no máximo 15(quinze) dias.

15.2- Existem no local, equipamentos de incêndio em perfeitas condições de uso.

15.3- A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 71 da mesma Lei.

15.4- Não serão admitidas a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, assim como a associação da CONTRATADA com outrem, como também a fusão, cisão ou a incorporação, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra Empresa.

15.5- O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS**



16.1- A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

17.1- Os fiscais titular e substitutos serão nomeados através de portaria.

17.2- Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto/serviço que não esteja a contento ou esteja fora das especificações, bem como solicitar a sua substituição por motivos justificados no prazo máximo de 02(dois) dias úteis;

17.3– A presença da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<p align="center"><b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b></p>	
<p align="center"><b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2022</b></p>		

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

18.1- O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determina o artigo 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

19.1- Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2- E, para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

Belém-PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

**DR. BRUNO MENDES CARMONA**  
**PRESIDENTE**  
**FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ**  
**CONTRATANTE**

---

**NOME DO REPRESENTANTE**  
**REPRESENTANTE**  
**NOME DA EMPRESA**  
**CONTRATADA**